

BRINCANDO E APRENDENDO COM AS DIFERENÇAS: A CONSTRUÇÃO DO CURRÍCULO MULTICULTURAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Carla Carolina França Mota (UFPI) ¹
Elmo de Souza Lima (UFPI) ²

Resumo

Neste trabalho apresentamos as reflexões sobre o currículo da educação infantil enfatizando a necessidade das práticas educativas voltarem-se para as peculiaridades das crianças, principalmente para a valorização de suas diversidades culturais, preparando-as para conviver numa sociedade diversificada e em constante mudança. As reflexões desenvolvidas fundamentam-se nos trabalhos de Canen (2002), Kramer(1994), Lima (2010), Moreira e Candau (2007), dentre outros, tendo em vista que ambos discutem a questão do currículo escolar. A pesquisa foi desenvolvida a partir da abordagem qualitativa, realizada em quatro Centros Municipais de Educação Infantil, envolvendo quatro professoras. As reflexões apontam que o trabalho com as diversidades culturais tornam-se mais ricos quando abordados através de histórias, brincadeiras e jogos. Demonstram também que há uma fragilidade na formação dos profissionais da educação infantil quanto ao trabalhar com as diversidades culturais, permitindo que as atividades voltadas para as diversidades nos centros de educação infantil ainda sejam tímidas, limitando-se as datas comemorativas, bem como a ações isoladas, resultando na constituição de um currículo descontextualizado e fragmentado.

Palavras-chave: Educação infantil. Currículo. Diversidades culturais.

Introdução

A sociedade está em um ritmo de constante transformação, impulsionada pelo avanço das tecnologias da informação, da construção de novas relações sociais, dentre outras, que contribuem para a mudança nas escolas, nos professores, nas metodologias, bem como nos alunos. A partir dessas mudanças novas práticas educativas estão gestadas no âmbito da educação infantil no sentido de atender as preocupações com a formação da criança associada dimensão do cuidar e educar.

Os estudos desenvolvidos na área da educação infantil nos últimos anos têm apontado para a necessidade de se repensar essa modalidade de ensino, compreendendo-a como uma etapa significativa na formação integral da criança. A partir desses estudos, o Ministério da Educação (MEC) tem construído novos referenciais políticos e pedagógicos para a formação dos educadores na educação infantil, assim como tem produzido novas diretrizes curriculares para essa modalidade de ensino que fomentem a construção de práticas educativas que potencialize o desenvolvimento da criança em seus aspectos físicos, afetivos,

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da UFPI e professora da Educação Infantil em Teresina

² Doutorando e Mestre em Educação e professor da UFPI (Universidade Federal do Piauí). E-mail: elmolima@gmail.com

cognitivos/linguísticos, socioculturais, bem como as dimensões lúdicas, artísticas e imaginárias.

A criança pequena que frequenta a educação infantil é vista como um indivíduo que aprende brincando, que merece respeito e cuidado, sendo, portanto formada em uma educação intencional e de qualidade. É importante olhar essas crianças como um indivíduo que está inserido em um meio social e prepará-las para conviver nele de forma harmoniosa e respeitosa.

Diante desse contexto, torna-se necessário ampliarmos a discussão sobre o currículo desenvolvido nos centros de educação infantil a fim de compreendemos como os professores abordam a questão das diversidades culturais no âmbito das práticas educativas.

No entanto, as reflexões desenvolvidas acerca do currículo e sua resignificação para atender as necessidades educacionais das crianças pequenas no contexto contemporâneo apontam para a necessidade de se repensar os cursos de formação de professores a fim de possibilitar o desenvolvimento de novas competências e habilidades voltadas para o reconhecimento das diferenças socioculturais e a valorização dos saberes trazidos pelas crianças para o contexto da escola. (LIMA, 2010).

Pretendemos, com esse trabalho, refletir acerca das concepções de currículo que norteiam as práticas educativas no contexto da educação infantil, bem como, identificar os desafios enfrentados pelos profissionais da educação no processo de construção de um currículo voltado para o reconhecimento das diversidades culturais dos alunos e da comunidade.

A pesquisa foi desenvolvida a partir das contribuições da abordagem qualitativa e tivemos como campo pesquisa um Centro Municipal de Educação Infantil em Teresina, onde foram entrevistados 04 professoras que atuam no Maternal, 1º período e 2º período.

1. Aspectos históricos da educação infantil

A educação infantil passou por inúmeras transformações nas últimas décadas, como forma de se adequar às novas demandas sociais e aos novos estudos acerca da infância e do desenvolvimento da criança pequena.

Por séculos a educação da criança pequena foi responsabilidade das famílias. Na Europa, com a ascensão do modo de produção fabril o modelo de família no qual a mãe ficava em casa cuidando dos filhos enquanto o pai tinha que sair para trabalhar, sofre um grande impacto com a entrada da mulher no mercado de trabalho. Essas mudanças afetaram

diretamente a forma de educar a criança e o seu desenvolvimento. Desse modo, as crianças acabaram se envolvendo com o trabalho infantil:

Na realidade, apesar do aumento significativo do número de trabalhadores, os homens foram, em parte, substituídos no trabalho pelas mulheres e pelas crianças, já que a lei fabril exigia duas turmas trabalhando: uma turma de seis horas e outra de quatro, ou cada uma, cinco horas apenas. Mas os pais não queriam vender o tempo parcial das crianças mais barato do que vendiam antes o tempo integral, mesmo que as condições de trabalho fossem péssimas. (PASCHOAL; MACHADO, 2009, p. 80).

Em outros casos os pais às deixavam sobre o cuidado das “mães mercenárias”, que abrigavam e cuidavam em troca de uma determinada remuneração (PASCHOAL; MACHADO, 2009). O maltrato e o abandono passou a ser tolerado pela sociedade levando em consideração que não havia ainda um conceito de Infância e o reconhecimento da importância dessa etapa.

Diante desse cenário, cresce então uma preocupação com a situação das crianças e os maus tratos a que estavam vulneráveis, a partir dessa preocupação vão surgir novas instituições com a intenção de cuidar dessas crianças enquanto os pais precisavam trabalhar.

As primeiras instituições na Europa e Estados Unidos tinham como objetivos cuidar e proteger as crianças enquanto às mães saíam para o trabalho. Desta maneira, sua origem e expansão como instituição de cuidados à criança estão associadas transformação da família, de extensa para nuclear. (PASCHOAL; MACHADO, 2009, p. 80).

No Brasil não foi muito diferente, as primeiras creches e pré-escolas também surgiram com esse intuito de cuidar das crianças enquanto suas mães deslocavam-se para o trabalho. Além disso, o abandono e os altos índices de mortalidade também contribuíram para o surgimento dessas instituições que tinham meramente o caráter assistencialista, sendo assim não era clara a intenção de educar e esse trabalho era visto como uma caridade.

Então se desenvolveu uma concepção de que as crianças vindas das classes sociais menos privilegiadas economicamente são carentes, sendo assim não poderiam ter o mesmo aproveitamento intelectual de outras crianças que não passavam por situações de risco social. Essas questões contribuíram para o surgimento de uma visão compensatória do atendimento à criança. Sendo assim, as creches e pré-escolas teriam como objetivo superar e compensar as necessidades dessas crianças ditas “carentes”. O potencial dessas crianças não era contado, pois a ênfase era dirigida para o que faltava. Para Aguiar (2003, p. 41):

E é desse modo que às classes sociais, desfavorecidas economicamente, atribui-se uma educação de cunho compensatório e, em certa medida, assistencialista, uma vez

que, por não corresponderem ao padrão de desempenho estabelecido, são consideradas carentes e inferiores.

Entretanto, a partir da década de 80 vários setores da sociedade como: Entidades religiosas, intelectuais e políticos passaram a se interessar mais pela educação Infantil, conforme destacam Paschoal e Machado (2009, p. 84):

[...] na década de oitenta, diferentes setores da sociedade, como organizações não-governamentais, pesquisadores na área da infância, comunidade acadêmica, população civil e outros, uniram forças com o objetivo de sensibilizar a sociedade sobre o direito da criança a uma educação de qualidade desde o nascimento. Do ponto de vista histórico, foi preciso quase um século para que a criança tivesse garantido seu direito à educação na legislação, foi somente com a Carta Constitucional de 1988 que esse direito foi efetivamente reconhecido.

Verificamos que a partir desses movimentos em defesa da Educação Infantil conseguiu-se garantir na Constituição Federal de 1988 o direito de educação à criança com menos de seis anos, conforme prever o artigo 208, inciso IV coloca que: “[...] O dever do Estado para com a educação será efetivado mediante a garantia de oferta de creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade.” (BRASIL, 1988).

Após a garantia na constituição, tivemos também outros avanços bastante significativos na conquista da Educação Infantil enquanto direito através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB 9394/96, que destaca na Seção II, artigo 29, que: “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”.

Além disso, o artigo 30 da LDB coloca que “A educação Infantil será oferecida em: I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade”.

Diante desse cenário, percebemos que a Educação Infantil passa então a ser reconhecida na Lei como primeira etapa da educação básica e essencial na formação e desenvolvimento pleno da criança, não mais como acontecia antes com o objetivo assistencialista ou com uma visão compensatória, mas sim como um direito da infância de uma educação intencional.

Se no início do século XX as creches tinham um caráter assistencialista, onde se “guardavam” as crianças para que as mães pudessem ir trabalhar, hoje temos o desafio de pensar uma proposta de educação para as crianças pequenas que articulem a dimensão do cuidar e educar, visando a formação integral da criança. Neste caso, as crianças de 0 a 6 anos

passam a ser vistas como sujeito de direitos e, com isto, começam a ser pensar novas políticas educacionais que garantam uma educação de qualidade para o público da educação infantil.

Em meio a esse processo de valorização da educação infantil enquanto etapa fundamental na formação das crianças cresce também a partir da elaboração do Referencial Curricular Nacional e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil a preocupação com a proposta de currículo desenvolvida nos centros de educação infantil. Além do papel de cuidar, as instituições que trabalham na educação infantil precisam incorporar em suas propostas curriculares atividades educativas que fomentem o desenvolvimento e a potencialidade das crianças, conforme está explícita na Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/1996:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Percebemos então que a construção de novas práticas educativas nos centros de educação infantil passa antes pela formação dos docentes e a oferta de uma estrutura adequada, já que as crianças devem ser tratadas como cidadãs.

Neste cenário de mudanças políticas e pedagógicas no campo da educação infantil, o currículo escolar também vem assumindo papel fundamental na formação dos alunos, exigindo um maior preparo e participação dos docentes na sua construção e adequação à realidade sociocultural dos alunos.

1.2 Repensando o currículo da Educação Infantil: em busca do diálogo com a diversidade

A partir dos estudos da psicologia e da sociologia, nas últimas décadas houve significativas mudanças na compreensão da criança e seu desenvolvimento, bem como, acerca dos processos formativos desenvolvidos na educação infantil, quando se buscou associar ao trabalho da educação infantil os processos de desenvolvimento integral da criança, envolvendo os aspectos físicos, psíquicos, emocionais, culturais, dentre outros. Atualmente os centros de educação infantil têm o compromisso de educar as crianças de maneira global levando em consideração suas singularidades e seu desenvolvimento próprio.

A partir da década de 90, tivemos avanços significativos no campo do currículo da educação infantil com a elaboração das Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil, do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil e das Diretrizes Curriculares do Município de Teresina, ambos voltam-se para a proposição de novos princípios teórico-metodológicos comprometidos com a melhoria da qualidade da educação infantil, através da proposição de novas orientações didáticas e pedagógicas, bem como de construção de uma nova organização curricular.

Com o intuito de superar os projetos educativos desenvolvidos nas creches associado ao modelo de “educação compensatória”, voltado para suprir as necessidades e carências culturais das crianças das classes populares, os debates construídos acerca da educação infantil nos últimos anos voltaram-se para a construção de um novo currículo para essa modalidade de ensino. De acordo com o parecer nº. 022/98, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação:

As Propostas Pedagógicas para as instituições de Educação Infantil devem promover em suas práticas de educação e cuidados, a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo/lingüísticos e sociais da criança, entendendo que ela é um ser total, completo e indivisível.

Desta forma ser, sentir, brincar, expressar-se, relacionar-se, mover-se, organizar-se, cuidar-se, agir e responsabilizar-se são partes do todo de cada indivíduo, menino ou menina, que desde bebês vão, gradual e articuladamente, aperfeiçoando estes processos nos contatos consigo próprios, com as pessoas, coisas e o ambiente em geral. (BRASIL, 1998, p. 11).

Além de apontar alguns princípios políticos e pedagógicos que deverão nortear o processo de construção do currículo da educação infantil, a Câmara de Educação Básica do CNE defende também, em seu parecer, que os processos formativos desenvolvidos nas creches e pré-escola devem acontecer “num contexto em que cuidados e educação se realizem de modo prazeroso, lúdico, onde as brincadeiras espontâneas, o uso de materiais, os jogos, as danças e cantos, as comidas e roupas, as múltiplas formas de comunicação, expressão, criação e movimento”. (BRASIL, 1998, p. 12).

As escolas ao construírem seus currículos devem estar atentas às singularidades dos alunos, as diversidades socioculturais das comunidades onde as escolas estão inseridas, pois de acordo com o Referencial Curricular da Educação Infantil proposto pelo MEC, a educação infantil deve priorizar o trabalho com as diversidades, levando “em conta suas singularidades, respeitando-as e valorizando-as como fator de enriquecimento pessoal e cultural”. (BRASIL, 1998, p. 46).

Vivemos em uma sociedade diversa, com diferentes valores, raças, credos, culturas, portanto a escola deve estar aberta para educar dentro dessas concepções, bem como rejeitar qualquer forma de discriminação ou preconceito por parte de professores e alunos. A escola deve preparar o aluno para conviver em sociedade, tendo em vista que algumas crianças trazem consigo preconceitos de gênero, raça, credos, entre outros e geralmente os professores não estão preparados para lidar com essas situações.

O currículo é um importante componente da vida escolar e está presente em todas as suas relações. De acordo com Moreira e Candau (2007, p. 17-18) pode ser então entendido como:

(a) os conteúdos a serem ensinados e aprendidos; (b) as experiências de aprendizagem escolares a serem vividas pelos alunos; (c) os planos pedagógicos elaborados por professores, escolas e sistemas educacionais; (d) os objetivos a serem alcançados por meio do processo de ensino; (e) os processos de avaliação que terminam por influir nos conteúdos e nos procedimentos selecionados nos diferentes graus da escolarização.

Desse modo, compreendemos que o currículo está associado ao conjunto de experiências escolares e pedagógicas que vão contribuir intencionalmente e diretamente para a educação e formação das identidades dos alunos, que muitas vezes são claras e bem explicitadas nos planos escolares e outras vezes não, como é o caso do currículo oculto. (MOREIRA; CANDAU, 2007).

Kramer (1994) propõe que o currículo da educação infantil deve ser entendido como um conjunto sistematizado de práticas culturais no qual se articulam, de um lado, as experiências, os valores e os saberes das crianças, de suas famílias, da equipe de profissionais e da comunidade extraescolar e, de outro, os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, no qual a dimensão de cuidado para com as crianças assume um caráter ético e os valores democráticos, de solidariedade e criam laços entre gerações que fortalecem o sentimento de pertencer a uma cidadania compartilhada.

Para orientar a construção de um currículo pelas escolas que englobe todas essas questões, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil colocam em seu Artigo. 3º que:

O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade. (BRASIL, 2009).

As diversas mudanças pelas quais a sociedade contemporânea tem passado afetam diretamente a criança. A infância atual conta com tecnologias que eram quase impossíveis de se imaginar há 20 ou 30 anos atrás e isso influencia a forma de viver a infância.

As escolas de Educação infantil devem ter o olhar voltado para essas questões que provocam mudanças e que muitas vezes são sutis, mas que geram um grande impacto no desenvolvimento dos alunos. As crianças trazem para as escolas as experiências que vivem em casa, na família e em outros meios que frequentam. Essas experiências não são iguais, pelo contrário, dependendo da comunidade que a escola faça parte podem ser muito distantes uma das outras, conforme podemos observar no depoimento de P01:

Durante o ano de 2010 era professora de uma turma do maternal em uma escola muito pequena que contava somente com duas salas de aula, tinha 25 alunos de 3 anos na periferia de Teresina. A escola se localizava em um bairro onde a população era de condição financeira razoável, mas apresentava muitos contrastes, alguns pais tinham carro, outros moto, computadores em casa. Porém as comunidades vizinhas eram carentes, sendo assim eu tinha alunos que iam de carro pra escola, outros de bicicleta. Tinha uns que iam bem vestidos, levavam lanche, já outros que iam sujos, tinham piolho, alguns repetiam 3 vezes o lanche porque era a única refeição que poderiam ter no dia.

Como podemos observar os sujeitos que frequentam as turmas de educação infantil são oriundos de diferentes contextos sociais e culturais, portanto trazem consigo experiências culturais e educativas distintas. Neste caso, é papel da escola compreender e criar estratégias para trabalhar essas diferenças de modo que as crianças tanto aprendam a lidar com a diversidade como possam transformar os saberes e as práticas sociais diferentes numa oportunidade de aprendizagens. Além disso, é importante está atento aos comportamentos e práticas vivenciadas pelos alunos no contexto da escola que, muitas vezes, carregam traços fortes de preconceitos e discriminações que precisam ser problematizados pelos docentes, como podemos constatar no relato da professora:

Em uma determinada ocasião contei para os meus alunos desta mesma creche a história da Branca de Neve e sugeri uma dramatização. Dividi os papeis e por último perguntei quem seria a Branca de Neve e uma aluna negra disse que queria ser, imediatamente outro aluno disse que ela não poderia ser porque era 'Preta', a criança ficou triste, argumentei que qualquer um poderia ser a branca de neve independente da cor e os alunos acabaram aceitando. (P01).

Colocar essas questões em destaque no currículo escolar é importante para a construção de uma sociedade mais democrática e justa. São por meio desses diálogos francos acerca dos preconceitos reproduzidos pelas crianças em sala de aula que o docente pode criar

procedimentos didáticos que favoreçam o desenvolvimento de práticas educativas multiculturais.

A partir de pequenas experiências como estas, o professor pode trabalhar a origem da história, a região e quais as características das pessoas (cor, língua) das pessoas do local, bem como, trabalhar com histórias de diferentes países e de diferentes regiões brasileiras, com o intuito de desenvolver na criança pequena a compreensão de que convivemos em um mundo com pessoas e grupos sociais diferentes em um país.

Quanto ao trabalho com a pluralidade cultural, o Referencial Curricular Nacional da Educação aponta que:

A pluralidade cultural, isto é, a diversidade de etnias, crenças, costumes, valores etc. que caracterizam a população brasileira marca, também, as instituições de educação infantil. O trabalho com a diversidade e o convívio com a diferença possibilitam a ampliação de horizontes tanto para o professor quanto para a criança. Isto porque permite a conscientização de que a realidade de cada um é apenas parte de um universo maior que oferece múltiplas escolhas. Assumir um trabalho de acolhimento às diferentes expressões e manifestações das crianças e suas famílias significa valorizar e respeitar a diversidade, não implicando a adesão incondicional aos valores do outro. (BRASIL. 1998, p. 77).

Quando a escola silencia diante de declarações e/ou práticas preconceituosas, como a relatada pela professora, achando que as crianças estão apenas brincando, ou que é coisa da idade, contribui assim para a perpetuação de uma sociedade que não aceita o diferente, uma sociedade preconceituosa e racista. Como podemos observar no depoimento P02:

Em uma ocasião uma aluna negra chegou na minha sala e um aluninho perguntou: tia essa menina preta vai estudar com a gente? Eu respondi que ela tinha nome, mas também não entrei em maiores detalhes, já que a turma não deu muita importância.

Percebemos que a professora poderia ter aproveitado a oportunidade para conversar com os alunos sobre as diferenças raciais, a miscigenação brasileira, isso poderia acontecer inclusive por meio de histórias ou alguma atividade lúdica. Como P03 relata em seu depoimento:

Uma Menina sempre que solicitada a fazer uma atividade de grupo ou recreativa com uma criança negra da sala, se recusava e às vezes se irritava chegando até a não participar das atividades. De início agi conversando e depois por meio de histórias, conversa com os pais, atividades, contato físico e ajuda entre eles.

A professora realizou atividades e conversou com a família, mas, no entanto a escola não realizou uma atividade conjunta para trabalhar o assunto. Percebemos que muitos casos

são relacionados à discriminação racial, mas não se restringe somente a ela, como observamos na declaração de P04:

Tenho um aluno que às vezes se nega a fazer atividade com uma menina alegando que ela é muito feia, digo que não existe ninguém feio, mas isso não muda a opinião da criança.

Nós depoimentos as professores evidenciam a ausência de uma formação que dêem um suporte teórico-metodológico para o trabalho com as diversidades culturais no contexto da sala de aula. Geralmente a escola e a secretaria cobra muito dos professores que os seus alunos dominem as habilidades de leitura e escrita e em alguns casos deixam de lado o compromisso da educação com a formação de uma sociedade democrática e justa.

A partir dessas reflexões sobre os resultados da pesquisa, podemos verificar que cursos de formação de professores, oferecidos pela Prefeitura de Teresina, geralmente não se direcionam para o trabalho com as diversidades culturais com o intuito de preparar os docentes, tanto para lidar com essas questões relacionadas ao preconceito e a discriminação, quanto para construção de propostas curriculares que valorizem as diversidades culturais.

Dessa forma, é necessário que os cursos de formação além de preparem os docentes para ensinar os conteúdos, os capacitem também para que reflitam sobre que tipo de aluno ele pretende formar e para qual sociedade e como fazer do espaço escolar um espaço que dialogue com as diferenças, democrático e justo. Ou seja, os docentes devem desenvolver novos saberes teórico-práticos voltados para a construção de novas propostas curriculares multiculturais para a educação infantil “que preparem as crianças para conviverem de forma democrática com os diferentes grupos sociais que compõem a sociedade brasileira, livres de qualquer tipo de preconceitos e discriminações.” (MOTA; MACHADO; LIMA, 2010. p. 04).

Diante desse cenário, é necessário que o professor, direção, coordenação, pais, enfim toda a equipe escolar participe do processo de construção do currículo escolar, bem como, esteja empenhada na sua aplicação e no seu sucesso, pois, verificamos durante a análise do nosso trabalho, que muitos professores não têm uma boa compreensão acerca do papel do currículo no contexto escolar.

Considerações Finais

As reflexões desenvolvidas durante o trabalho demonstram que o desenvolvimento de práticas educativas que respeitem e valorizem as diversidades culturais na educação infantil é

imprescindível para a formação da criança enquanto cidadã, capaz de conviver com as diferenças sem preconceitos e discriminações.

Além disso, percebemos que o trabalho com as diversidades culturais podem tornar-se mais ricos e fecundos quando abordados através de histórias, brincadeiras e jogos, possibilitando que as reflexões sobre preconceitos e discriminações ocorram naturalmente a partir da análise do comportamento e prática dos alunos no contexto da sala de aula.

Entretanto, verificamos também que há uma fragilidade na formação dos professores, diretores e pedagogos quanto à importância de se trabalhar com as diversidades culturais nas escolas através da construção de um currículo multicultural.

A ausência dessa formação que preparem os docentes para construção de projeto educativo multiculturais permite que os profissionais da educação limitem o trabalho com as diversidades culturais as datas comemorativas. Desse modo, compreendemos que o trabalho com a diversidade cultural nos centros de educação infantil ainda é tímido, limitando-se as atividades desenvolvidas em datas comemorativas ou através de ações isoladas, resultando na constituição de um currículo descontextualizado e fragmentado.

Além disso, os docentes evidenciam que nos centros de educação infantil pouco se discute sobre o processo de construção do currículo, já que a proposta curricular é enviada pela Secretaria Municipal de Educação, evidenciando que os profissionais da educação infantil não compreendem a importância do currículo está associado às necessidades políticas e pedagógicas das escolas, bem como, voltada para o contexto sociopolítico e cultural da comunidade local.

Referências

AGUIAR, Olivette Rufino Borges Prado. **Reelaborando conceitos e resignificando a prática na educação infantil**. Natal: 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009**: Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC/CNE, 1999.

_____. Ministério da Educação. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC, 1998.

BRASIL. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação – Brasília. **Parecer CEB nº 022/98, de 17 de dezembro de 1998**: Analisa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC/CNE, 1998.

CANDAU, Vera Maria; MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. **Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

CANEN, Ana. Sentidos e Dilemas do Multiculturalismo: desafios curriculares para o novo milênio. In: LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. (Org.) **Currículo: debates contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2002.

KRAMER, Sonia. Currículo de Educação Infantil e a Formação dos Profissionais de Creche e Pré-escola: questões teóricas e polêmicas. In: MEC/SEF/COEDI. **Por uma política de formação do profissional de Educação Infantil**. Brasília-DF. 1994.

LIMA, Elmo de Souza. Multiculturalismo, currículo e formação docente: Construindo diálogos entre as diversidades no contexto das práticas educativas. **Linguagem, Educação e Sociedade** (UFPI), p. 15-31, 2010.

TERESINA. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. **Diretrizes Curriculares do Município de Teresina**. Teresina: Halley AS, 2008.

MOTA, Carla Carolina França; MACHADO, Darlene Lira; LIMA, Elmo de Souza. Currículo e diversidades culturais na Educação Infantil. In: **Anais do VI Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI**. Teresina: EDUFPI, 2010. p. 1-14.